

# Apoio Mútuo

# 2  
Janeiro  
2013

Revista anarco-sindicalista

- Fazer sindicalismo	p. 3
- E atingem-se os pontos de ruptura	p. 4
- A contestação pelos monitores	p. 5
- Sobre uma visita	p. 6
- Media, Estado e Capitalismo	p. 7
- Mais um que morreu... dizem que foi um acidente	p. 9
- Importância da geografia na actividade anarco-sindicalista	p. 10
- A CGT e a fundação da AIT	p. 11
- Há noventa anos: o congresso de fundação da AIT...	p. 17
- Entrevista: KRAS - secção russa da AIT	p. 18
- Saint Imier – Encontro Internacional Anarquista	p. 21
- Crise?	p. 22
- Entre esquerdas e direitas	p. 23

# Editorial

**E**ste segundo número da revista anarco-sindicalista Apoio Mútuo surge mais de três anos depois do primeiro, publicado em Maio de 2009. A razão de tal demora prende-se com as vicissitudes de uma organização totalmente fundada no esforço voluntário e militante dos seus membros.

Apesar das dificuldades, insistimos em afirmar o anarco-sindicalismo como a corrente do movimento social dos trabalhadores que contém em si as práticas mais consequentes com os princípios de auto-organização e autonomia das lutas. Acreditamos que cabe aos próprios trabalhadores tomarem a luta nas suas mãos, deixando de a confiar a intermediários e representantes. São necessários novos sindicatos, que não sejam meros gabinetes jurídicos, nem corpos de funcionários que já nada têm a ver com o mundo do trabalho e muito menos máquinas de mobilização das massas ao serviço de partidos políticos.

Assistimos cada vez mais a um incremento da ofensiva do patronato e dos governos contra as condições de vida dos trabalhadores. Mas, ao mesmo tempo que se torna cada vez mais urgente organizar a resistência a este ataque, constatamos que as organizações que se reclamam defensoras dos trabalhadores são completamente inúteis para esta tarefa. Não podemos deixar de concluir pelo acerto da tendência antiautoritária no seio do movimento dos trabalhadores, que, pelo menos há cerca de século e meio, vem defendendo a descentralização e a autonomia organizativas, e recusando qualquer estratégia de conquista do poder ou de utilização de métodos político-representativos na luta pela emancipação do trabalho.

Sabemos que hoje, num contexto em que cada vez mais trabalhadores estão dispostos a trabalhar sob quaisquer condições, as condições para fazer sindicalismo são também muito mais difíceis. Da mesma forma, a constituição de sindicatos de acordo com os nossos princípios, sem funcionários pagos, mantidos apenas pelo esforço dos seus membros, onde tudo deve ser discutido em assembleias e que praticam a solidariedade efectiva entre trabalhadores é extremamente exigente. Esta concepção de sindicalismo exige dos membros do sindicato uma militância, um compromisso e uma disponibilidade que nem todos estão dispostos a assumir. É claro que não é necessário ser um militante activo para ser membro de um sindicato organizado segundo o modelo anarco-sindicalista, mas sem militantes activos este sindicato nunca poderá funcionar nem avançar rumo aos seus objectivos.

A melhoria imediata das condições de vida dos trabalhadores é um objectivo importante do anarco-sindicalismo, quer através da conquista de direitos, como também através do estabelecimento de redes de apoio mútuo e solidariedade, quer ainda através da realização de projectos de produção e consumo alternativos. Mas sabemos, e a realidade insiste em demonstrá-lo, que os grandes problemas que enfrentamos, como, por exemplo, a destituição de sentido do trabalho ou a brutal destruição do planeta, não podem ser resolvidos no contexto do modelo económico e político actual. É por isso que defendemos um projecto de transformação da sociedade, com vista a estabelecer as máximas condições de igualdade social.

A AIT-SP deseja que o seu nonagésimo segundo número possa contribuir para o seu progresso.

**A correspondência para o Apoio Mútuo deve ser enviada para:**

Apartado 50029 / 1701-001 Lisboa  
Portugal  
e-mail: ait.lisboa@gmail.com

*As opiniões expressas nos artigos assinados não correspondem necessariamente a posições da AIT-SP*

# Fazer sindicalismo

**Tudo o que concerne à lei e não se limite à defesa dos privilégios da classe dominante e às necessidades de arbitragem para as suas quezílias internas, apenas existe porque a pressão da classe trabalhadora a isso obrigou.**

**A**partir do momento em que essa pressão desaparece, haverá, em primeiro lugar, a tendência para ignorar a lei e, posteriormente, a partir do momento em que surja algo que convide a burguesia a aumentar a exploração sobre os trabalhadores, a pressão para que as leis sejam, não apenas ignoradas, mas reescritas. Não é possível para a classe trabalhadora contrariar esta pressão por meios políticos, visto que os aparelhos políticos que dominam o Estado não lhes pertencem. Ainda que assim não fosse, a capacidade da classe trabalhadora para tornar válidos quaisquer triunfos conseguidos na esfera legal tem por limite a sua força e capacidade de resistência na esfera das relações de trabalho. Ou a classe trabalhadora consegue impor ao patronato o cumprimento da lei por via da sua força e organização no próprio local onde a exploração acontece, ou a lei é inútil. Em situações de fraqueza, como se conhecem tantas, o próprio trabalhador irá colaborar com o patrão na tarefa de o ajudar a furtar-se à lei.

A luta contra as tentativas de reestruturação das relações de classe por parte do Estado não deve limitar-se a simples manifestações de descontentamento passíveis de serem ignoradas e, consequentemente, inúteis. Um sindicato não é um grupo de cidadãos ou de simples activistas, e não deverá actuar como tal, conferindo à sua acção um cariz petionário que apenas contribuirá para embotar a sua capacidade efectiva de luta, alimentando pelo caminho ilusões cidadanistas no seio da classe trabalhadora, nomeadamente a noção da neutralidade do Estado e da lei perante as classes sociais. As leis laborais não estão constantemente a ser reescritas desde há 10 anos a esta parte devido a «equívocos», ou por os decisores políticos se encontrarem reféns de uma má ideologia, nomeadamente o neoliberalismo, mas porque o meio mais expedito que a burguesia tem ao seu dispor para ultrapassar as crises é colocá-las sobre os ombros da classe trabalhadora. Quando o Estado pretende facilitar os despedimentos ou

cortar nas indemnizações argumentando que desta forma aumentará o emprego, não se deve replicar afirmando que existem estudos que demonstram que a criação de novos postos de trabalho é negligenciável, mas denunciando a intenção real por trás de semelhantes manobras, nomeadamente o desejo de enfraquecer a capacidade negocial dos trabalhadores dentro da empresa.

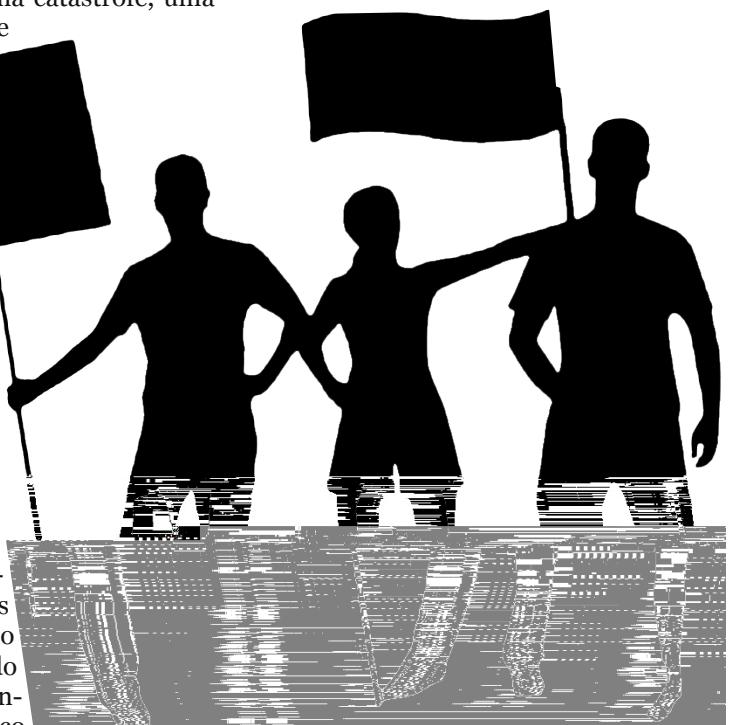
As greves gerais deverão ser declaradas com reivindicações concretas e a disposição para as prosseguir até onde seja necessário. Não compete aos sindicatos fazer o trabalho do Estado e limitar as reivindicações e os métodos de luta dos trabalhadores àquilo que a sociedade burguesa consegue digerir. Uma greve geral não é uma «demonstração de descontentamento», mas uma luta que se desencadeia, no mínimo, com o objectivo de exercer coacção sobre um aparelho de coacção, de obrigar o Estado a ceder, enquanto representante e regulador da sociedade burguesa, naquilo que os trabalhadores desejem e, se os trabalhadores conseguirem, pela sua força, derrubar a própria máquina de opressão capitalista, tal não será uma catástrofe, uma tragédia, uma «crise

política», mas o triunfo. Será o fim da opressão e o fim do capitalismo. E um trabalhador que não aspira ao derrube do capitalismo é um trabalhador que não aspira a ser livre.

Vemos o sindicalismo a ser manietado por partidos políticos que, ou são simples apêndices do poder burguês e, consequentemente, pouco

inclinados a favorecer os interesses dos trabalhadores, ou, por não o serem, permanecem minoritários, dispondo de pouca força e poder, uma parte nada menosprezável da mesma devendo-se justamente ao controlo exercido sobre o movimento sindical. Longe de lhe serem úteis, de terem algo a oferecer-lhe, os partidos políticos vêm ao mundo do trabalho para o parasitar, fazendo dos sindicatos simples câmaras de ressonância para as suas frases de ordem e paralisando-lhes os movimentos de acordo com as conveniências do sistema político onde se encontram bem instalados. Para todas as finalidades práticas, os partidos políticos são uma correia de transmissão entre o poder burguês e o movimento operário, actuando sempre no sentido de ensaiar a integração dos trabalhadores no aparelho burocrático de administração do capitalismo, integração essa que só poderá levar o sindicalismo à morte mas, como os trabalhadores não podem prescindir de resistir ao capitalismo e uma organização criada para a luta mas que se recusa a lutar é inútil, é forçoso que à integração do sindicalismo na sociedade burguesa corresponda, a prazo, o colapso do próprio sindicalismo e a necessidade de criar novos instrumentos de luta de raiz.

**JT**  
Outubro de 2012



**E** assim foi: a austeridade para combater a dívida produziu mais dívida e há-de continuar a fazê-lo, visto que ainda há muito que caminhar até se chegar a esse ponto, cada vez mais semelhante a uma linha do horizonte, onde finalmente se obtém um excedente orçamental. É apenas a partir desse momento que a dívida começa realmente a ser paga e, para cortar pelo menos ao meio, como o pacto orçamental de Bruxelas prevê, uma dívida pública superior (120%) à totalidade da riqueza produzida neste país durante um ano, será necessário que o Estado se mantenha em austeridade durante muito tempo. Portanto, mais, muito mais austeridade e talvez durante décadas. Ou isso, ou o cancelamento ou recompra da dívida. Ou, como Portugal já é a Grécia, as duas coisas simultaneamente.

A armadilha institucional onde a burguesia portuguesa se prendeu, de sua muito livre e espontânea vontade, deixou fora do alcance do Estado os artifícios habituais para a redução do défice, nomeadamente a desvalorização da moeda – cujo emprego, como a esquerda esquece constantemente, acabaria por repartir uma proporção nada negligenciável dos custos do ajustamento pela classe trabalhadora, ao devorar-lhe os salários reais – e forçando-o a colocar-se à disposição dos chamados mercados financeiros, visto o financiamento ~~junt~~ do Banco Central Europeu, na ~~p~~  
~~ma, tam~~ interdito. Mas, e se o ~~50@Cm~~ DUE

ser

específicas desta «promiscuidade», que não significa outra coisa senão a unidade da classe dominante, que não se pode cindir em duas, uma para a economia e outra para a política, e argumentos desta ordem não são explicação para nada.

A aspiração a um Estado burguês sem burgueses, tutelando um capitalismo onde se operaria, finalmente, a «justiça na economia», constitui todo um progr

---

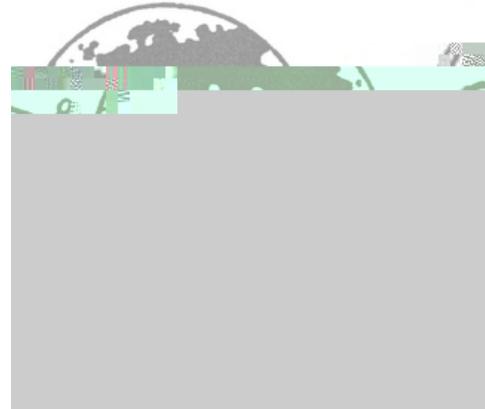
E

N  
N  
foi  
que a  
portugueses  
das burguesias  
esquecer

am que Merkel vi-

q

gesse feito para o seu próprio bem, não por devoção a Éboa abn. Bx f€ das burguesias estrangeiras. Não deve-  
s esquecer que o prew



## O Med a e a C da ea dade

**A** objectividade, a imparcialidade, a isenção dos(as) jornalistas ou comentadores(as), é um dado como adquirido. O 4º poder, afirma-se, são os Media. A realidade acontecer acontece na televisão. O verdadeiro espírito do jornalismo acontece na rádio. Se não deu nas notícias, não existiu, não aconteceu. Estas são premissas do nosso quotidiano, as quais comentamos e reproduzimos no nosso discurso e na nossa "abordagem pessoal" da realidade local mas igualmente internacional, e na nossa relação com o mundo e, em particular, com os outros países e os meios

de comunicação social. A ideia dos Media é que se trata de sociedades "moderadas", que é uma marca histórica e uma meta e um percurso de objectivos de realidade, de construção da mesma. Podemos encontrar no princípio XIX, mas cujas raízes podemos encontrar na malha antropológica da cultura humana. Pretende-se salientar o estudo que os Media são um produto da sociedade capitalista, da sua forma de organização e divisão do trabalho, intimamente ligada ao consumo, estilos de vida de onde derivam a importância que se atinge, e que desempenham no sector da arquitectura, e devem ser analisados actualmente, pois se encontra com dois níveis e um terreno pantanoso em que

é necessária uma posição de permanente confronto e de debate, porque o que está aqui em causa é a construção social da realidade por parte dos jornalistas e dos meios de comunicação para os quais trabalham. Temos que ter presente a manipulação capitalista e democrata forjada através das mensagens que todos os dias comentamos, ouvimos, lemos e vemos nas notícias, comentários, opiniões, desmascarando o seu discurso para compreendermos o que se esconde por detrás de cada mensagem.

**Media e o poder** & **opinião** e **informação** actuais, são uma das pedras bases do sistema capitalista actual e a sua influência junto da opinião pública um assunto de permanente debate e rivalidade democrática entre partidos e facções empresariais na luta pela posse do poder db dominio \$viAFqY h formaçao. É um campo de lutas ideológicas \$viAFqY h

de" do que é produzido. Uma empresa serve para fazer dinheiro e o mundo da Gestão não é de modo alg~~Ç~~<sup>Ç</sup>-~~0~~<sup>0</sup>5OÑ}

contribuindo para esbater a desigualdade de que existe entre os que têm acesso ao conhecimento e os que não têm, porque tendo-o, cada um decidirá como utilizá-lo.. Porque nem todos os que pertencem a um sindicato ou associação anarco-sindicalista são, ou serão, necessariamente anarquistas, e a educação e propaganda que se faz no seu interior e exterior não deve ser mais uma voz crítica na multidão de vozes críticas que diariamente ouvimos no nosso quotidiano. Felizmente não somos os únic@s a reclamar um mundo melhor (ainda que os contornos desse mundo sejam divergentes),<sup>1</sup> mas pensamos que um dos principais problemas apontados por um dos críticos do individualismo, Herbert Marcuse<sup>1</sup>, o modernoindividualidade, é justamente a tentativa de controlar o populaçamento escrito — À direita, através da ação da c

**A**lgumas das figuras historicamente mais conhecidas do anarquismo internacional eram geógrafos: Élisée Reclus, refugiado da Comuna de Paris e impulsor em Portugal da I<sup>a</sup> Internacional, do anarquismo e do sindicalismo revolucionário, nos fins do séc. 19, foi geógrafo e o autor da obra geográfica magistral “A Terra e o Homem” – da qual foi editado há uns anos, por um conhecido diário português actual, um pequeno resumo. Também Kropotkin, outra figura do Anarquismo histórico internacional, foi geógrafo, tendo inclusive algumas montanhas do território russo o seu nome. Pôrém a importância da geografia - e sobretudo da **e afa ca, ec - ca e a b e a** - hoje liga-se à necessidade da acção de ligação emergente da nossa actividade aos meios sociais mais explorados e dominados pelo capitalismo e pelo Estado.

À escala de cada cidade ou vila, de cada região, de cada província como de cada país e grupo de países, temos a necessidade de ter uma **dele** -

, rápida, clara, elucidativa e evolutiva da situação das populações trabalhadoras, empregadas e desempregadas, da localização das principais concentrações laborais, das fábricas, empresas, serviços públicos, dos bairros, das zonas degradadas, dos locais de habitação, de passagem, de lazer, das principais fontes de contaminação ambiental das populações, das zonas “azuis” de habitação e luxo da burguesia, etc., etc.

Tal é a função da geografia social, económica e ambiental – que não será avatar apenas de geógrafos profissionais especializados – embora eles possam ajudar se estiverem implicados na nossa actividade. A NET e o Google Earth, com as suas coberturas espaciais de vastas zonas do globo terrestre, às vezes em indiscreto pormenor, promovidos pela “National Geographic” e ao serviço das CIAs e outras polícias planetárias com vista ao controlo mundial das populações do planeta, podem ser utilizados por qualquer pessoa interessada – pelo menos por agora!... Mas o bom não impõe o velho hábito de leitura e utilização das **várias cartas topográficas, mapas geográficos e demais documentos que servem para**

Ghx „• P †' xC tQT CxP #2! REI#,wAB H' d'q-4v€



## Notas:

1 - Embora os termos sindicalismo revolucionário e anarcosindicalismo sejam frequentemente utilizados como sinónimos, tomamo-los aqui com diferentes acepções. Manuel Joaquim de Sousa dá conta das divergências que opuseram sindicalistas revolucionários e anarquistas, em 1913, no seio do movimento sindical: os primeiros, como Manuel Ribeiro e Carlos Rates, “segundo a interpretação de Sorel”, defendem que “o sindicalismo se basta a si próprio”, os segundos, como Emílio Costa, Clemente Vieira dos Santos e Neno Vasco, concluem que “se o Sindicalismo exprime o conceito de luta de classes, à margem dos partidos políticos e visa à transformação económica da sociedade, a sua existência como doutrina e acção cessa no momento em que o acordo livre e voluntário determina novas fórmulas que atendem a novas necessidades materiais e espirituais da vida humana nas suas mais variadas e complexas manifestações” (SOUSA, Manuel Joaquim de – *O sindicalismo em Portugal*. Porto: Afrontamento, 1972 [1º ed. 1931], p. 95-96).

O sindicalista holandês Christiaan Cornelissen, ao estudar o movimento sindicalista revolucionário do seu tempo, “distinguiu três grupos entre os activistas do sindicalismo revolucionário: os sindicalistas, que consideravam o sindicalismo como ‘auto-suficiente’ e distinto de qualquer outra ideologia [...]”; os anarquistas, que viam no movimento sindical uma possibilidade de passar da agitação à acção; e, finalmente, membros dos partidos socialistas e grupos que desejavam retirar o socialismo do impasse do parlamentarismo” (DAMIER,V., *Anarchosyndicalism in the 20th Century*. Edmonton: Black Cat Press, 2009 p. 24). Todas estas tendências são observáveis no seio do movimento sindical português das primeiras duas décadas do século XX.

2 - É inegável a enorme contribuição, neste sentido, de Manuel Joaquim de Sousa, militante anarquista activo em todos os debates sobre relações internacionais no seio do movimento operário português. Manuel Joaquim de Sousa, operário do calcado, nasceu em 1885 em Paranhos, na cidade do Porto. Desde cedo aderiu às ideias anarquistas, integrando o movimento operário portuense. Apesar de possuir apenas a 2ª classe da instrução primária foi um influente orador, polemista, jornalista e militante do movimento anarco-sindicalista. Em 1919, foi eleito como primeiro secretário-geral da Confederação Geral do Trabalho e mais tarde foi o redactor principal do diário confederal “A Batalha”. Respondendo a um pedido da AIT redigiu o livro *O Sindicalismo em Portugal*, uma das principais fontes para a história do movimento operário no primeiro quartel do século XX.

3 - A União Operária Nacional, a primeira organização nacional unitária do movimento operário português, foi constituída em Março de 1914 no Congresso de Tomar. Neste congresso, confrontaram-se as correntes reformista e revolucionária do movimento sindical, resultando deste embate uma solução de conciliação. A influência do Partido Socialista Português era ainda grande, sobretudo nos sindicatos do Norte do país. Os “elementos revolucionários foram obrigados a relevantes cedências”, mas “lograram oficializar a independência sindical face ao poder e aos partidos políticos”. Este congresso terá tido por efeito “um recuo da influência socialista mas também anarquista nas associações de classe”, sendo os sindicalistas revolucionários quem garantia a “unidade entre reformistas e anarco-sindicalistas” (PEREIRA, Joana Dias - *Sindicalismo revolucionário: a história de uma ideia*. Lisboa: Caleidoscópio, 2011, p. 85-88).

4 - SOUSA, Manuel Joaquim de – *O sindicalismo em Portugal*. Porto: Afrontamento, 1972 [1º ed. 1931], p. 105.

5 - PEREIRA, Joana Dias – Op. Cit., p. 133. A tese principal deste congresso, respeitante à criação da Confederação, “consagra claramente os princípios do sindicalismo revolucionário - a autonomia de base federativa, a inde-

coordene a acção geral dos trabalhadores de todos os países que aspiram ao fim comum da sua integral emancipação.

“4.º O Congresso do Operariado Português declara contribuir, na medida das suas possibilidades, para a execução de qualquer resolução votada pelo operariado organizado dos outros países, no sentido de apressar a queda do regime económico actual da produção e sua substituição pela gestão do trabalho emancipado por meio dos seus organismos de classe”<sup>[8]</sup>.

A revolução russa teve um profundo impacto no movimento operário português, sendo desde cedo saudada nas páginas da imprensa operária, que faz a sua defesa contra os ataques e calúnias da imprensa burguesa. A imprensa anarco-sindicalista mostrava-se “esperançada nos bolcheviques”, embora publicando opiniões diversas e contraditórias sobre o regime soviético. Embora soubessem que o regime bolchevique não respeitava os princípios libertários<sup>[9]</sup>, os anarco-sindicalistas recusavam colocar-se ao lado da reacção burguesa que ameaçava a revolução russa<sup>[10]</sup>.

É sobretudo a tentativa de apropriação e reformulação da doutrina sindicalista revolucionária, através da adopção de métodos bolcheviques, que vai dar início a uma batalha ideológica que, a partir de 1919, se manifesta na imprensa operária<sup>[11]</sup>.

Ao longo do ano de 1919, os sindicalistas partidários da “ditadura do proletariado” bolchevique organizam-se em “conselhos maximalistas”, começando a publicar, em Outubro, o semanário *A Bandeira Vermelha*, órgão da Federação Maximalista Portuguesa, anunciado como um “valioso instrumento de propaganda sindicalista e libertária”<sup>[12]</sup>.

Por outro lado, entre Novembro de 1920 e Fevereiro de 1921, o sindicalista revolucionário Carlos Rates tentará, através de uma série de artigos publicados nas páginas de *A Batalha*, harmonizar a doutrina sindicalista revolucionária com as ideias de “ditadura do proletariado” e de “vanguarda revolucionária”. Grande defensor da fórmula segundo a qual le syndicalisme se suffit à lui-même [“o sindicalismo basta-se a si próprio”] na polémica que em 1913 opôs sindicalistas revolucionários e anarquistas, Rates advoga agora que este preceito clássico do sindicalismo revolucionário corresponderia ao papel da organização operária na direcção da vida social, advogando a conquista do poder pela CGT, que deveria assumir o papel de vanguarda revolucionária, para instituir uma ditadura proletária, descentraliza-

da e exercida directamente pelos sindicatos e suas federações<sup>[13]</sup>. As ideias de Carlos Rates são contrariadas por Emílio Costa que refuta a ideia de ditadura do proletariado com base no exemplo da Rússia, onde esta forma de ditadura não é mais que “uma ditadura propriamente dita, com os seus decretos, as suas sanções, os seus agentes executivos e sobretudo a sua força armada...”<sup>[14]</sup>.

Apesar de o órgão da CGT, *A Batalha*, permanecer durante muito tempo neutral em relação à clivagem ideológica entre sindicalistas anarquistas e sindicalistas defensores do bolchevismo, a reacção anarco-sindicalista à tendência bolchevista envolverá activamente o próprio secretário-geral da CGT, Manuel Joaquim de Sousa, no diário anar-

Caderneta confederal de um trabalhador sindicalizado

quista de que é director, *A Comuna*<sup>[15]</sup>. Só em Dezembro de 1920, a redacção de *A Batalha* toma uma posição, negando a conquista do poder enquanto método revolucionário, numa série de editoriais intitulada “O caminho a seguir”<sup>[16]</sup>.

Em Fevereiro de 1921, o primeiro Congresso da Federação de Juventudes Sindicalistas<sup>[17]</sup> afirma “os meios sindicalistas revolucionários como meios de luta económica e de acção, a dentro da actual sociedade, educando-se e preparando-se para receber um novo regime social, que tendo por sistema político o anarquismo e como regime económico-social o comunismo anárquico”<sup>[18]</sup>.

Pouco depois do congresso, a facção bolchevista liderada por José de Sousa abandona as Juventudes Sindicalistas, assumidamente anarco-sindicalistas, para integrar o Partido Comunista Português (PCP) fundado em Março<sup>[19]</sup>.

Ainda em Fevereiro, Manuel Joaquim de Sousa publica um artigo em A Batalha, intitulado “Relações Internacionais”, em que anuncia a realização de uma conferência sindical revolucionária em Berlim<sup>[20]</sup> e desafia o proletariado a pensar a questão da organização operária, colocando de parte a Internacional Comunista “por ir contra o estabelecido em Coimbra de não estabelecer relações com partidos políticos”<sup>[21]</sup>.

Em Julho de 1921, em resposta ao manifesto de fundação do PCP, o Comi-

ca” e que preconiza a socialização dos meios de produção, “entregando a gestão da produção às Federações de Indústria”, a “CGT afirma que a organização sindical – os Sindicatos, as Uniões de Sindicatos, as Federações de Indústria e a Confederação – sendo organismos de combate, serão organismos de expropriação e não confiam a qualquer partido político [...] o que só os trabalhadores podem e devem realizar pela ação directa, nos seus organismos de classe”. Contrariando a afirmação do PCP de que “a organização sindical não se basta a si própria”, o Comité Confederal responde que “a CGT aceita o significado da frase [...] se com ele se quer explicar que para conseguir um estádio social, filosoficamente superior, não basta a luta económica pela ação do sindicalismo; mas se se quer tirar a ilusão de que a ação do operariado, como classe social escravizada, não basta ser exercida no terreno económico, para o ser simultaneamente no terreno político parlamentar e com o concurso estéril e perigosamente nocivo dos videirinhos da política, então a CGT fiel às decisões dos Congressos Nacionais sindicais, declara que a ação do operariado basta, e que, como tal, nem empareira com qualquer partido político, nem consente que no seio da organização se desenvolva a deleteria ação política”<sup>[22]</sup>.

Em Julho de 1921, realizou-se o Congresso da Internacional Sindical Vermelha (ISV) em Moscovo<sup>[23]</sup>. Graças a um sistema de representação que os favorecia, os bolcheviques conseguiram levar adiante o seu plano de criação de uma internacional sindical (Profintern) subordinada à Internacional Comunista (Comintern). As organizações sindicalistas revolucionárias, muitas das quais ainda sem possuírem uma posição clara em relação à ISV, não conseguiram levar adiante o projecto de uma internacional sindical revolucionária, apesar de os seus delegados presentes no Congresso terem adoptado um “Manifesto dos sindicalistas revolucionários internacionais” e concordado em criar uma “associação de elementos revolucionários internacionais”<sup>[24]</sup>.

Mas, à medida que foram tomando conhecimento da repressão que atingia os anarquistas e anarco-sindicalistas na Rússia bolchevique, endurecida ao longo do ano de 1921, as posições das organizações sindicalistas revolucionárias foram-se clarificando. Em Junho de 1922, realizou-se em Berlim “uma conferência sindicalista internacional com o objectivo de estudar as diferenças de posições existentes entre o movimento sindicalista revolucionário de todos os

ependência face a toda a escola política ou doutrina religiosa, o objectivo da supressão do salariado pela posse de todos os meios de produção”. “Neste congresso procura-se conformar já não as diferenças entre reformistas e revolucionários mas entre os militantes influenciados pela revolução russa e os anarquistas”, funcionando o sindicalismo revolucionário como a solução de conciliação (PEREIRA, Joana Dias – Op. Cit., p. 133).

6 - FREIRE, João – Anarquistas e operários: ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940. Porto: Afrontamento, 1992, p. 203. Este autor estima em 85 mil o número de trabalhadores confederados em 1920-1921, 90 mil em 1922, 55 mil em 1923-1924 e 70 mil em 1925. Outros autores, como Rudolf Rocker, colocam a afiliação da CGT em 150 mil membros em 1922 (ROCKER, Rudolf - Anarcho-syndicalism), provavelmente seguindo a informação de Manuel da Silva Campos, delegado da CGT ao 2º Congresso da AIT em Amesterdão (FREIRE, João – Ibid.).

7 - PEREIRA, Joana Dias – Op. Cit., p. 120. Neste contexto, o Partido Socialista Português vê “a sua influência no meio sindical reduzida ao mínimo” e os seus representantes abandonam “a pretensão de hegemonizar o movimento operário” (p. 120-121).

8 - SOUSA, Manuel Joaquim de – Op. Cit., p. 112-113.

9 - A revista anarquista A Sementeira, respondendo à pergunta lançada por Pierre Monatte ao movimento operário francês - “O Soviet é porventura coisa muito diversa da União Local de Sindicatos?” - afirmava o seu receio face a “certas superfetações políticas, resultantes do dualismo da organização económica (soviet económico ou sindicato) e da organização política centralizada (sindicato político)” (PEREIRA, Joana Dias – Op. Cit., p. 127).

10 - PEREIRA, Joana Dias – Op. Cit., p. 126-127.

11 - Os primeiros protagonistas desta polémica, que tem lugar nas páginas do diário da CGT A Batalha, serão o sindicalista revolucionário Manuel Ribeiro, que comece a defender que o melhor caminho para obter a “emancipação dos proletários” é “a conquista do poder”, divulgando “a formidável obra de remodelação social feita pelos soviets” e o anarquista Emílio Costa, que recusa a “tática socialista de conquista dos poderes públicos” e a “ditadura do proletariado”, “um perigo para (...) a base necessária de uma melhoria na vida colectiva: a liberdade” (citados por PEREIRA, Joana Dias – Op. Cit., p. 127-128).

12 - PEREIRA, Joana Dias – Op. Cit., p. 138. A Bandeira Vermelha fará a apologia do regime soviético, divulgando as ideias dos líderes bolcheviques russos e procurando legitimar a “ditadura do proletariado” como uma fase de transição para a sociedade desejada pelos sindicalistas portugueses e o “sovietismo” como a “fórmula slava do sindicalismo operário oriental”. Defendendo a “Revolução Social concretizada na Ditadura do Proletariado” como uma nova era no plano das ideologias (Manuel Ribeiro, “Novas Tendências Sociais”, A Bandeira Vermelha, 7 de Outubro de 1919, citado por PEREIRA, Joana Dias – Op. Cit., p. 139), a Federação Maximalista Portuguesa não descurava assumir o papel de vanguarda revolucionária quando houvesse as condições para a constituição de um poder soviético em Portugal e afirmava já a necessidade de um “forte organismo extra-sindical de carácter proletário e revolucionário” (PEREIRA, Joana Dias – Op. Cit., p. 139). Mas a confusão ideológica entre os partidários do bolchevismo em Portugal era de tal ordem que, em resposta às críticas que foram surgindo, A Bandeira Vermelha afirma ainda: “todo o indivíduo que em Portugal se declare bolchevista é anarquista ou sindicalista revolucionário (...) adoptando contudo a designação de bolchevistas, comunistas, maximalistas ou soviéticas desde que combatam intransigentemente as instituições burguesas e apressem a evolução do regime capi-

té Confederal da CGT publica a Nota Oficiosa “Em face de um novo partido político”. Nesta, o Comité Confederal “afirma “a característica anti-colaboracionista da organização sindical com as instituições da burguesia e com quaisquer partidos políticos, seja qual for o seu método de ação e a sua finalidade político-social” e defende que “o proletariado, a caminho da sua emancipação pela libertação da tutela dos senhores de hoje, não quer criar novas cadeias onde o prendam, amanhã, novos senhores”. Face às afirmações do PCP, de que constitui “um organismo político-revolucionário de administração políti-

países e a Internacional Sindical Vermelha” e para chegar a um acordo sobre a formação de uma Internacional de Sindicatos Revolucionários, caso as diferenças com a ISV não possam ser resolvidas”<sup>[25]</sup>. A conferência acabou por decidir a ruptura com a ISV e a convocatória de um congresso internacional de sindicatos revolucionários.

Entretanto, em Portugal, nos primeiros dias de Outubro de 1922, realiza-se na Covilhã o 3º Congresso Operário Nacional. As principais teses apresentadas a votação diziam respeito à estruturação orgânica da CGT, destacando-se a tese “Organização Social Sindicalista”<sup>[26]</sup>, e às relações internacionais, com uma proposta de adesão à Internacional Sindical Vermelha. O Congresso acabou por ser dominado pela questão das relações internacionais, porquanto esta colocava em confronto a facção bolchevista, minoritária, que pretendia conquistar a CGT, e a grande maioria sindicalista revolucionária e anarco-sindicalista, que pretendia conservar o carácter sindicalista revolucionário, autónomo e apolítico da confederação operária. O debate foi vivo, tendo 40 delegados pedido a palavra para intervir nesta questão.

Fernando de Almeida Marques, representando as Juventudes Sindicalistas, pronunciou um discurso em que afirmou: “As Juventudes Sindicalistas discordam da adesão a Moscóvia, declarando-se fiéis aos princípios sindicalistas revolucionários que sempre defenderam. [...] Se se aceitar a adesão a Moscóvia temos de aceitar a ligação com o P.C.P., quando há pouco tempo toda a organização o repeliu solidarizando-se com a nota oficial da C.G.T. [...] A transformação da I.S.V. é impos-

sível porque Portugal não pode ficar dentro dela, enquanto que a I.S.V. tem 17. Semelhante é a opinião dos delegados que é o esmagamento da CGT”<sup>[27]</sup>.

A proposta de adesão à Internacional de Moscóvia foi rejeitada, com a aprovação de 21 votos a favor, 22 contrários e 1 abstém. Foi feita uma moção de Censura ao Comité Central, que começa com as seguintes considerações: “A Organização Social Sindicalista revolucionária tem uma origem histórica distinta das ideias defendidas no laboratório do Partido Comunista International, levando-o a abandonar os partidos partidários e centralizar a sua organização Social Sindicalista, baseado no princípio da 1.ª Internacional, e que é a tese em alusão co



camponeses e os organismos industriais para a troca recíproca de produtos utilizáveis, as ferramentas e as matérias-primas, no país por intermédio da CGT e no mundo pela AIT”<sup>[35]</sup>.

Entre os dias 23 e 27 de Setembro de 1925, realizou-se o 1º Congresso Confederal (4º Nacional) em Santarém, com a presença de 164 delegados, representando 43 sindicatos, 11 federações de indústria e 5 uniões de sindicatos. Manifestaram a sua adesão ao Congresso ainda 22 sindicatos que não puderam enviar delegados. A AIT foi representada neste congresso por Armando Borghi e a CNT de Espanha por Avelino González e Segundo Blanco. O Congresso ratificou, sem polémica, a adesão à AIT<sup>[36]</sup>.

A participação activa da CGT na actividade da Internacional prolongou-se ao longo da década de 20, com particular empenho de Manuel Joaquim de Sousa. Em 1925, a CGT foi representada no 2º Congresso da AIT, em Amesterdão, por Manuel da Silva Campos. Em 1926, Manuel Joaquim de Sousa foi o delegado da GT à Conferência Internacional de Marselha. Também em 1926, Manuel Joaquim de Sousa representou a AIT, juntamente com Armando Borghi, no Congresso de Marselha, da Federação dos Grupos Anarquistas de Língua Espanhola<sup>[37]</sup>.

Apesar de não ter estado presente nas reuniões internacionais que conduziram à criação da Associação Internacional dos Trabalhadores, a organização operária portuguesa foi, desde cedo, uma forte apoiante da criação de uma internacional sindicalista revolucionária. A criação desta internacional integrava, para os sindicalistas revolucionários e anarcosindicalistas portugueses, um projecto de transformação social a nível global, a levar a cabo pelas organizações sindicais revolucionárias. A partir de 1920-21, passou também a ser necessário de manter a sindical num linha revolucionária dependente de qualquer política. Este último objectivo, tornou-se brevemente face às tentativas de um setor do sindicalismo fascinado com a ditadura do proletariado” na Rússia, detentanto organizado enquanto Partido Comunista Português (PCP), de subordinar a organização confederal às directrizes do governo bolchevique de Moscovo, tentando a sua adesão à recém-criada Internacional Sindical Vermelha (ISV). Da mesma forma, a federação das organizações revolucionárias do movimento operário, primeiro a nível ibérico e depois a nível mundial, era um objectivo que vinha

sendo defendido, pelo menos desde 1915, pelos militantes anarco-sindicalistas portugueses.

## R. Pe e a

ER, V. - *Anarchosyndicalism in the 20th Century*. Ed-monton: Black Cat Press, 2009, p. 74).

25 - DAMIER, V. - *Op. Cit.*, p. 78-79.

26 - A tese “Organização social sindicalista” preconizava a adesão “à Internacional que mais esteja de harmonia com o ideal sindicalista revolucionário” (SOUZA, Manuel Joaquim de - *Op. Cit.*, p. 213).

27 - SOUSA, Manuel Joaquim de - *Op. Cit.*, p. 143-144.

28 - SOUSA, Manuel Joaquim de - *Op. Cit.*, p. 144-147.

29 - Estiveram representadas a FORA (Argentina), a USI (Itália), a FAUD (Alemanha), a secção chilena da IWW, a SAC (Suécia), a NSF (Noruega), a *Syndikalistik Propagandaforbund* (Dinamarca), a NAS (Holanda), a CGT (México). Os delegados da CNT (Espanha) foram detidos antes de chegarem a Berlim. O delegado da FORU (Uruguai) também chegou demasiado tarde para participar. Foram ainda concedidos votos consultivos a organizações de França, Alemanha, Rússia e Checoslováquia (THORPE, Wayne - *Op. Cit.*, p. 214-215).

30 - SOUSA, Manuel Joaquim de - *Op. Cit.*, p. 148-149.

31 - RODRIGUES, Edgar - *História do Movimento Anarquista em Portugal*, Piracicaba: Ateneu Diego Giménez, 2010, p. 17.

32 - GARDNER, Jason - Creating Unity or Division? The Origins of the Federación Anarquista Ibérica. *University of Sussex Journal of Contemporary History* 16 (2003), p. 9. Segundo Jason Gardner, “Só quando a Federação sindicalista ibérica se tornou uma entidade unida é que a sua força se pode manifestar” (GARDNER, Jason - *Creating Unity or Division? The Origins of the Federación Anarquista Ibérica*, University of Sussex Journal of Contemporary History 16 (2003), p. 9).



**Podem falar-nos um pouco da vossa organização? Como começou a KRAS? Estiveram envolvidos em conflitos laborais? Como descreveriam o panorama geral da classe trabalhadora na Rússia nos dias de hoje?**

A nossa organização surgiu de forma gradual nos anos de 1991-1995. A sua criação resultou de alguma clarificação de posições no seio do movimento libertário na Rússia. É claro que a tradição anarquista na Rússia foi destruída durante a ditadura "vermelha" e, após o ressurgimento do movimento no final dos anos 80, prevaleceram posições muito estranhas: de tal forma que, na chamada "Confederação Anarco-Sindicalista", os anarquistas an-

"perturbavam" o sindicato "não-partidário de mercado", os "comunistas" eram algumas ideias confusas sobre "anarco-capitalismo", etc. Apesar disso, criámos uma corrente anarco-comunista (a Iniciativa Anarco-Comunista Revolucionária) que se juntou à Federação Russa do Anarcosindicalismo (FRA).

Além por f

Internacional.

Há que dizer que a fundação da KRAS ocorreu em condições muito adversas. Foi o período do crash económico, da atomização quase total da sociedade e da prevalência da passividade social. Os trabalhadores dedicaram-se à sobrevivência individual e praticamente não ofereceram resistência às reformas selvagens dos mercados. Quaisquer tentativas de protesto estavam sob o controlo rígido da burocracia sindical, que declarou abertamente que o seu objectivo era manter o protesto dentro de "limites civilizados".

É claro que, nesta situação, a nossa organização apenas poderia ser uma pequena associação de militantes activos, envolvidos principalmente em actividades de propaganda como a publicação do jornal "Acção Directa", organização de comícios de rua, distribuição de panfletos informativos sobre os princípios e práticas do anarcosindicalismo e a organização dirigida à constituição de sindicatos libertários em Moscovo e dezenas de cidades russas.

**Como descreveriam a situação política na Rússia de hoje? Quais são as bases sociais e de classe do actual sistema político russo e na vossa opinião, para onde se dirige?**

O regime político pode ser descrito como autoritário. Formalmente, as instituições da democracia representativa funcionam e existe um sistema representativo. Mas, na verdade, o poder está nas mãos de um reduzido círculo de pessoas próximas do actual primeiro-ministro Putin. Por um lado, ele inclina-se contra o apoio dos principais grupos económicos da oligarquia e das forças repressivas. Por outro, as pessoas pertencentes ao grupo político dominante também criaram o seu próprio grupo económico. Há lutas periódicas pela repartição da propriedade entre todos esses grupos e corporações (e eles controlam quase toda a ~~economia~~ nacional e ~~território~~, na realidade, o que sobra do sector público).

O clima geral político piorou também no quadro da política de "combate ao extremismo". As manifestações e os comícios organizados por opositores muitas vezes levaram

d

devamos trabalhar, basicamente, como uma organização de propaganda. Neste momento, não podemos criar qualquer célula numa empresa ou estabelecimento, não porque não queiramos, mas devido à situação real do movimento operário na Rússia. E não pensamos que, por questão de princípios, devam existir quaisquer problemas entre grupos de propaganda anarco-sindicalista e organizações que funcionam como verdadeiros sindicatos. A diferença entre estes dois tipos de organizações pertence à esfera da dimensão e das possibilidades e não à esfera da observância mais "estrita" ou mais "indulgente" para com os princípios. Mas é importante não procurar o crescimento das fileiras dos sindicatos a qualquer custo, em detrimento da qualidade e convicção dos membros. Não estamos a dizer que todos os membros de um sindicato anarco-sindicalista devam "O r/ de m@p, TMO Fv@r è Ö} mente considerar-se subjectivamente como anarquistas. O anarquismo não é uma doutrina de gabinete. Muito mais "S, h, p, n, s, t, o, n, i, n, t, r, d, u, o, p, „0 E bp „0 E „W P6u... E a‡ p A AVE (q membros actuem mo

# Saint Imier

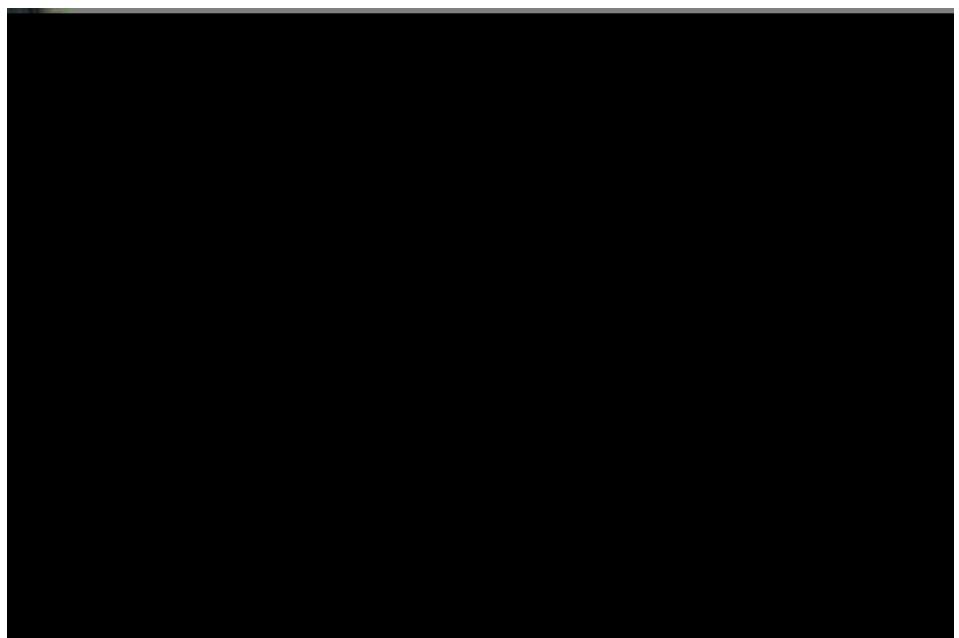
## - Encontro Internacional Anarquista

**De 8 a 12 de Agosto de 2012 teve lugar em Saint Imier, na Suíça, o maior Encontro Internacional Anarquista das últimas décadas. Mais de 3.000 participantes comemoraram os 140 anos do Congresso de St. Imier que marcou a criação da I<sup>a</sup> Internacional Anti-autoritária em 1872, categoricamente posicionada contra as ideias centralistas e autoritárias de Karl Marx e que viria a dar mais tarde origem à AIT.**

**N**o âmbito do Encontro realizou-se o 9º Congresso da IFA (Internacional das Federações Anarquistas), no qual participaram na qualidade de observadores ou convidados várias secções da AIT - a secção portuguesa esteve presente como convidada - com o objectivo de fortalecer as ideias e práticas anarquistas e promover a cooperação entre as organizações.

### C e da IFA

A IFA reúne federações provenientes de várias partes do mundo: Federação Anarquista Francesa, Federação Anarquista Ibérica, Federação Anarquista Italiana, entre outras. Neste congresso participaram também a CNT e secções da AIT em algumas sessões abertas do mesmo. Destacamos aqui a sessão onde foi apresentada uma análise da crise económica e social actual, que, abordada também de um ponto de vista técnico e especializado, procurou tornar claro para os presentes os meandros dos mecanismos financeiros, económicos e políticos da crise habitualmente escondidos debaixo da capa do "difícil e do "complicado", só acessível a especialistas. Estes conhecimentos permitem conceber de forma mais esclarecida projectos de economia auto-gerida, assim como podem ajudar na concretização efectiva dos mesmos, na medida em que procuramos destruir o modelo capitalista ou, pelo menos, provocar-lhe duros golpes e criar alternativas económicas auto-geridas e efectivamente solidárias. Outra sessão que gostaríamos de destacar, pela importância e actualidade do tema, diz respeito à relação entre Geografia e Anarquismo na perspetiva de Élisée Reclus, o geógrafo anarquista. Nesta sessão apresentou-se e discutiu-se sobre a actualidade e importância da concepção e métodos de E. Reclus aplicados ao estudo da geografia social, salientando o papel da experiência e da prática da geografia para a compreensão dos problemas sociais de forma a podermos criar modelos alternativos à



sociedade de classes e estatista. Ainda nesta sessão foram apresentadas várias iniciativas no campo do communalismo (comunhas rurais e urbanas em França) e federalismo. Fizemos a feliz constatação que essas iniciativas são realizadas e consolidadas por anarquistas bastante jovens que simultaneamente empreendem lutas nos campos e nas cidades.

Paralelamente a este programa oficial do congresso da IFA, as secções (espanhola, portuguesa e polaca) da AIT realizaram duas reuniões de trabalho com os grupos anarco-sindicalistas (ASB da Holanda, IASR da Roménia e MASA da Croácia). Estes grupos levam a cabo nos respectivos países acções de propaganda anarco-sindicalista assim como acções de luta com os trabalhadores e desempregados. Participam também em acções de solidariedade internacional tendo como um dos seus objectivos tornarem-se secções da AIT. Desta forma os assuntos abordados nestas reuniões de trabalho incidiram sobre estratégias de organização e consolidação destes grupos; estratégias de implementação e desenvolvimento das ideias e práticas anarco-sindicalistas;

reforço da aproximação e cooperação entre as secções já existentes da AIT assim como com os grupos em fase de formação. Foi assim levada a cabo uma troca de experiências e práticas bastante enriquecedora que nos deu conta das diferentes realidades e circunstâncias de cada país, muitas vezes bastante hostis à apresentação e divulgação das ideias anarco-sindicalistas como nos relataram os companheiros da Roménia e da Croácia.

### E c I e ac a de A a a

O primeiro lugar para o qual todos se dirigiam era o centro cultural libertário autogerido Espace Noir, que pôs à disposição a única sala de cinema da cidade, uma sala de conferências, uma taberna, uma galeria de arte e uma biblioteca. Foi também o centro de emissão da Rádio Libertaire, durante os dias em que decorreu o Encontro. Na entrada do espaço havia uma mesa redonda contendo informações diversas: mapas da cidade, informações turísticas, panfletos e centenas de programas. O programa continha um pequeno mapa a

indicar os locais e as actividades a serem realizadas bem como os respectivos horários. Apresentava também informações acerca do alojamento e logística, onde se destacavam a existência de um parque de campismo, um espaço infantil e duas cozinhas autogeridas por companheiros alemães e holandeses que preparavam refeições veganas, para as quais cada um contribuía segundo as suas possibilidades.

No total, havia oito centros de actividades e dois espaços de cinema. Sale du Dojo, para a realização de workshops; Salle St. Georges, onde se realizou o 9º Congresso IFA; Tente Anarkismo, que pertencia ao anarkismo.net; Espace Noir, ponto de informação, concertos e projeção de filmes; Mémoires d'ici, era principalmente um ponto de leitura; Salle de spectacle et Salle du Conseil, um espaço muito grande para a realização de conferências, reuniões, debates e encontros; Patinoire, dedicado à Feira do Livro e, por fim, o Centre de Culture et Loisir et Musée, onde era possível visitar a exposição intitulada "Revolução Espanhola 1936-39", com cartazes, revistas e outros testemunhos pertencentes ao movimento anarquista daquele período.

Sendo assim, tivemos a oportunidade de participar activamente em várias conferências e debates, que na maioria foram traduzidos espontaneamente por voluntários. De destacar a participação de alguns membros do SOV do Porto da AIT-SP na conferência sobre o sindicalismo de base, onde participaram também outras organizações. O SOV/AIT-Porto partilhou assim a sua experiência apresentando os seus objectivos e aspirações, as acções levadas a cabo no seio da classe trabalhadora e desempregada, estratégias utilizadas, não deixando de partilhar também os reveses e experiências menos boas, pois este SOV encontra-se ainda em fase embrionária. De salientar também outras conferências como a de M. Pinto sobre a crise económica, a de Alexandre Samis sobre o Neno Vasco e o anarquismo internacionalista no Brasil e Portugal, sendo esta apresentada com o apoio do nosso companheiro do Sov/AIT-Porto. No que respeita à temática da educação anarquista, os colectivos Terra Libre, Ativismo ABC e Grupo de Estudios Domingo G. Rojas levaram a cabo a conferência sobre Práticas contemporâneas

de educação anarquista. F. Mintz apresentou um tema polémico mas actual e muito pertinente na conferência: A questão do voto sindical (proporcional) ao longo da história da AIT e noutras organizações anarcosindicalistas actuais. Também a actual situação da Grécia e as lutas sociais que aí têm palco deram lugar a um tema de conferência, por R. Dreis assim como por A. Jappe. A crise mundial e a sociedade de mercado; entre outras. Em cada dia houve projeção de filmes, a mencionar "Memória Subversiva" de José Tavares e várias curta-metragens interessantíssimas realizadas pela Productora de Comunicación Social, uma organização de propaganda anarquista dedicada à difusão das ideias e práticas libertárias do Chile. Os filmes e documentários apresentados versaram sobre uma diversidade de temas como: Utopia, Revolução Espanhola, Militância Anarquista, Sexualidade, Poder e Autoridade, entre outros.

A caminhada ou a trilha pedestre foi também contemplada no programa deste Encontro. Assim foi realizado um percurso a pé designado por "No rastro da Federação do Jura...", através do qual conhecemos espaços físicos emblemáticos como o Hotel da vila em St. Imier, o Café restaurante de la Balance e o café la Clef em Sonvillier bem como informações sobre a formação da Federação Anarquista do Jura e do contributo de Bakunine, na medida em que ele esteve exilado na Suíça e viveu em Sonvillier durante algum tempo.

À noite, nos momentos mais descontraídos, companheiros e companheiras dos cinco continentes juntavam-se para acompanhar a Associação Cultural Voci di Mezzo, cantando em conjunto canções libertárias num momento de convivência e partilha profunda dos nossos ideais.

Saudamos os esforços individuais e colectivos que tornaram possível este encontro, que é a prova inquestionável de que hoje em dia o anarquismo continua a ser, não só uma política e uma ideologia mas também uma prática e uma forma de ser e agir cada vez mais imprescindível.

A a N.  
Le a

# Crise?

Há aqueles que lutam um dia;  
e por isso são muito bons;  
Há aqueles que lutam muitos dias;  
e por isso são muito bons;  
Há aqueles que lutam anos;  
e são melhores ainda;  
Porém há aqueles que lutam toda a vida;  
esses são os imprescindíveis.  
- Bertolt Brecht

Existe crise? Não! É apenas o sistema de economia de mercado, associado a uma grande falta de fraternidade, em pleno vigor e com a bênção da sociedade que continua a apostar e apoiar a sua própria miséria e subserviência.

A classe média só agora sentiu que existe a "crise", e graças a ela se socializou essa palavra, porque só desde 2008 deixou de ter poder de compra para manter ou adquirir objectos e modos de vida. Enquanto houve décadas em que uma camada enorme da população vivia no limiar da pobreza, essa classe média brindava a essa situação e no Natal, lá dava uma esmola aos indigentes, para limpar a sua consciência. (Caridade não é solidariedade).

Esta "crise" não é nenhuma fatalidade. Tal como não é o empréstimo a juros altos e prazos curtos (em vez de ser pago conforme o crescimento económico) por parte da troika. Esta crise não é nenhuma fatalidade, porque é nada mais nada menos que o capitalismo em marcha e a consequência de políticas anti-sociais. É óbvio a qualquer pessoa que sem salários altos, não se consome, como tal, não se produz e então não se emprega nem se pode pagar salários altos. Simples. Mas para beneficiar uns quantos amigos e famílias (políticas, maçónicas...), tem que se passar a conta a quem produz, para pagar os lucros das Parcerias Público-Privadas (PPP), concessões, salários de gestores públicos, tecnocratas e afins, reformas por inteiro de políticos (político é profissão?)...

Falamos dos impostos altos e que continuam a subir, para alimentar a máquina do Estado e a banca, mas ninguém questiona aonde é gasto esse dinheiro, pois o acesso aos direitos fundamentais e previstos na constituição da República Portuguesa, tal como saúde, educação, habitação, justiça... é cada vez mais limitado e precário.

E andamos a pagar a dívida de quem? Nossa? Ou de quem a fez? De bancos e de uma ilha? Que pague quem a fez. Não é? Porque nunca mais se falou da Islândia? Que em referendo, decidiu não pagar a dívida dos outros e está a recuperar economicamente, sem nunca ter metido o garfo nas questões sociais. Aqui no mediterrâneo põem o garfo, a faca, e o pior de tudo: nós

agradecemos! Se a razão da nossa austeridade (que não é para todos) são os mercados, acabem-se com os mercados! O meu mercado é o da Ribeira, em Lisboa, esse sim é que é um feliz mercado: do produtor ao consumidor!

Os governos que governaram a região portuguesa, nunca enganaram o povo, nem nunca governaram mal. O povo é que anda iludido. Porque esperar justiça social e tributária de quem vive às custas do labor alheio, é o mesmo que querer cozer batatas numa frigideira com óleo quente! Os media, na mão de grandes monopólios também contribuem para a desinformação e estuporificação, sendo uma boa arma de alienação de massas, onde os fabricantes de opinião, não hesitam em dar soluções para esta "crise" e as causas dela, e o pior de tudo: os espectadores aplaudem! E ainda vendem (e é um *best-seller*) que antes da crise é que se vendia bem... A falta de memória dos portugueses está a enterrá-los vivos. Tal como a grande arma do Estado e do capital é o conformismo geral, que é criado através da ignorância e do medo!

Que resposta dar a esta "crise"?

Podia aqui afirmar: acabar com as PPP, gestores públicos, zona franca da Madeira (80% das empresas são uma caixa de apartamento), cobrar nas transacções na bolsa e as mais valias, cobrar a riqueza, etc. e investir mais no ensino (estilo escola oficina nº1, Ferrer ...), na agricultura (rasgar a política agrícola comum), pescas (cagar na política de pescas comum), e por aí fora... até a população se emancipar através da autogestão generalizada e do colectivismo consciente! Mas parece que as pessoas preferem continuar o canibalismo quotidiano e a apoiar a miséria terrorista no qual elas são criadoras e vítimas! Também não acredito que se forme um governo (se sabes governar-te, não deixes que te governem) constituído por mestres da ciência, mundo artístico, medicina, desporto, humanistas... Como tal, vejo como boas alternativas - que nos podem levar mais além - experiências de hortas urbanas, sistema trocal, banco de horas, cooperativas de produtores e consumidores, o "do it yourself" e a economia paralela, okupações e demais projectos saudáveis, para além de continuar a contestação (e informação/consciencialização sobre a situação actual) a esta "crise" pelas mais variadas e criativas formas de agitação social, nunca deixando de parte a auto-defesa da liberdade, igualdade e fraternidade contra qualquer tipo e forma de patologia autoritária e exploração vil!

O medo de ser livre provoca o orgulho de ser escravo! Nenhuma agressão sem resposta!

S a e  
Outono de 2012

# Entre Esquerdas e Direitas



Socialmente aglomerados em patamares e castas (como vinhas), as pilhas alimentam uma máquina burguesa pobre de essência e autista: não se apercebe como só se representa a si mesma na democracia do capital e na paz da NATO, paraíso fortificado. Qual Primeiro de Maio, qual crise mundial, qual luta mundial dos trabalhadores, a não ser a luta das contas pagas e da comida na mesa, quando o dinheiro o permite?!

Que escravatura tentam prometer? A educação para o consumo das novas tecnologias? A vida da TV e do tóxico PC? Quem paga a fibra óptica para o bem dos herdeiros do golpe de Abril 74? (E que grande golpe, os fachos estão cá todos e mais organizados, a democracia é o que se vê e sente, os ricos mais ricos, os pobres mais pobres e os iludidos mais endividados) A nova burguesia e a tecnologia já dominam o mercado e as guerras de poder económico! O betão é um albergue para o plasma e uma carapaça para a fibra! Comprar e vender imagem luz num mundo artificial e cinzento, iluminado pela tecnologia do paládio e gládio... e do cobre e do ouro... e da luz LED... e pelo brilho do plasma e o consumo do índio... tudo na defesa hipócrita do ambiente e da sociedade de centro e periferia, animada pela caridade contemporânea com mofo de outros regimes totalitários e democráticos.

Lutas laborais ou corporativas, greve geral?

Que horror! Tudo parado, sem café nem hiper, qual jumbo qual mini!

A todo o preço nada pára!... A pilha tem de animar os "coelhinhos let's play do capital": de guerreiros a gestores, governos, governados, qual goiabada. A autonomia e estímulo das capacidades do indivíduo é pedida em sacrifício do objectivo parasita e unilateral da ilusória imagem do colectivo. Estímulos e sentimentos confundem-se na roda alternativa. Só conta o jogo da aparência e do brilho barroco da tecnologia e do consumo de produtos pré-fabricados testados, indutores de padrões sociais e estéticos que existem apenas nos media e nos derivados, também eles produtos rentáveis indispensáveis à afirmação do Estado e da burguesia... E viva o negócio da cafeína!! Nem só com amoras se pensa em cultura... Mas educar para autonomia é mais um cliché que fica bem no estudo de impacto de novos processos do capitalismo e da burguesia se adaptarem para o controlo da massa de pilhas aglomeradas em periferias geridas e assistidas a fim de manterem o centro no centro. Os Burgueses de Calais\*, mesmo com imagem de "pobres" são os Burgueses de Calais!!! E qual é a burguesia que não se governa? As lutas dos sindicalistas não são para a burguesia comprar ou assimilar, são factos do passado que lembram que o futuro pode ter muitos cenários e nenhum é garantido!

2009MH

\* Obra do escultor Auguste Rodin - Paris, 12 de Novembro de 1840 - Meudon, 17 de Novembro de 1917



# O que é a AIT-SP?

## O que é a AIT?

A Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) é uma organização anarco-sindicalista, constituída por organizações activas em diferentes partes do mundo, que se organizam em federações locais, regionais e nacionais, e finalmente internacionais (a AIT), sem líderes nem hierarquias, sem burocracias ou centralismo. As lutas locais são internacionalizadas através da acção concertada e solidária de todas as secções.

## O que é a Secção Portuguesa da AIT?

A AIT-SP, Secção Portuguesa da AIT, organiza-se em núcleos locais, sindicatos de ofícios vários e de ramo e em secções sindicais nas empresas. Apoiamos, de forma activa e solidária, todas as iniciativas populares organizadas horizontalmente, sejam elas na comunidade ou no local de trabalho contra o patronato e os poderes instituídos.

A AIT-SP não aceita quaisquer subsídios do Estado e de estruturas patronais ou estatais.

A AIT-SP não aceita a ideia e a prática da chamada "concertação social" pois ela é uma hipocrisia e uma maneira das classes trabalhadoras se "conciliarem" com quem as explora e rouba. A AIT-SP defende sim a inevitabilidade da luta de classes entre explorados e exploradores pois não há conciliação possível entre

uns e outros.

Na AIT-SP vais encontrar trabalhadores, estudantes, desempregados e reformados, como tu, fartos de ser explorados pelo Estado, pelos patrões, pelos senhores ou manipulados pelos partidos.

## Anarco-sindicalismo

O Anarco-sindicalismo é um meio de organização e um método de luta, que pretende abolir o capitalismo e o Estado, agindo autonomamente das instituições de poder, sejam elas partidárias ou parlamentares.

Defende que a libertação das pessoas, de qualquer tipo de exploração e opressão, só pode ser obra delas próprias.

A defesa integral da personalidade humana, a liberdade, a solidariedade, o apoio-mútuo e a associação voluntária e federativa, constituem a base sobre a qual os anarco-sindicalistas sustentam a sua acção.

É contra o centralismo e a burocracia e tem sido ao longo da história intransigente contra a manipulação das lutas populares por partidos políticos ou centrais sindicais, que as dirigem tendo em conta os seus próprios interesses.

Os seus métodos de luta são, entre outros: a greve, o boicote, a sabotagem, o bloqueio ou a ocupação, expropriação e autogestão das empresas pelos próprios trabalhadores.

## Princípios básicos:

### Autogestão

- Gestão directa em assembleias, seja no trabalho ou na comunidade, pelos envolvidos e mais ninguém. Os cargos são rotativos, não remunerados e os mandatos revogáveis a qualquer momento.

### Acção Directa

- Recusa em depositar nas mãos dos representantes, tarefas e decisões que as assembleias de base deverão tomar e repartir entre si.

### Solidariedade e apoio mútuo

- Os problemas de um são os problemas de todos.

### Internacionalismo

- Os explorados não têm pátria – a nossa pátria é o mundo inteiro.

### Autonomia

- Independência frente ao Estado, patronato, partidos, direcções sindicais oficiais e outras organizações autoritárias.